

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA versus MP 2.186-16/2001: ALGUNS PONTOS POLÊMICOS

Iásin Schäffer Stahlhöfer¹³⁶

Luiza Landerdahl Christmann¹³⁷

Luiz Ernani Bonesso de Araujo¹³⁸

RESUMO

O Brasil é um dos maiores, senão o maior, reservatório da biodiversidade do planeta. Em um contexto de globalização na sociedade complexo-sistêmica, percebe-se a importância de regulamentar o tema tanto em âmbito nacional, como na seara internacional. Assim, tem por fito o presente artigo, ao trabalhar a MP 2.186-16/2001, bem como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, provocar a reflexão acerca de alguns pontos relevantes e polêmicos que tais legislações trazem ao abordar o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade. CDB. MP 2.186-16/2001.

RESUMEN

El Brasil es uno de los mayores, sino el mayor, reservatorio de la biodiversidad del planeta. En un contexto de globalización en la sociedad complejo sistémica, se nota la importancia de reglamentar el tema tanto en ámbito nacional, como internacional. El presente artículo objetiva, al trabajar la MP 2.186-16/2001, bien como la Convención sobre la Diversidad Biológica, provocar la reflexión a cerca de algunos puntos relevantes y polémicos que dichas legislaciones traen cuando se aborda el tema.

PALABRAS-CLAVE: Biodiversidad. CDB. MP 2.186-16/2001.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que possuem a maior biodiversidade do planeta, senão a maior¹³⁹. São cerca de 8,5 milhões de km² de extensão que incluem os mais diversos biomas¹⁴⁰. Estima-se que cerca de 20% das espécies da flora e da fauna concentrem-se

¹³⁶ Autor. Atualmente é graduando do 8º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Participante do Grupo de Pesquisa Direito da Sociobiodiversidade sob coordenação do Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo. Email: iasindm@gmail.com

¹³⁷ Autora. Atualmente é graduanda do 10º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista PIBIC/CNPq. Participante do Grupo de Pesquisa Direito da Sociobiodiversidade sob coordenação do Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo. Email: luizalc.direito@yahoo.com.br

¹³⁸ Orientador. Prof. Doutor no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito da Sociobiodiversidade. Email: luiz.bonesso@gmail.com

¹³⁹ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 out 2009.

¹⁴⁰ **Bioma é um conjunto de diferentes ecossistemas, pode ser entendido como as comunidades biológicas, ou seja, as populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e interagindo também com o ambiente físico, chamado biótopo.** Fonte: Revista de Gestão Costeira Integrada. Glossário. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/glossario>>. Acesso em: 18 out 2009.

no Brasil, motivo pelo qual o país é um dos chamados “países megadiversos”¹⁴¹, tendo, inclusive, uma rica sociobiodiversidade¹⁴². A diversidade biológica nacional gera também divisas ao país, correspondendo, conforme o Ministério do Meio Ambiente, a um terço de todas as exportações brasileiras.

Em um contexto histórico em que a globalização aproxima as fronteiras, possibilitando o intercâmbio de informações e produtos em um curto período temporal, é importante a existência de legislações que protejam e incitem a utilização sustentável da biodiversidade como forma única de manutenção da vida na Terra. Dessa forma, a Convenção sobre a Diversidade Biológica – em nível internacional – e a Medida Provisória 2.186-16/2001 – em nível nacional – serão, *en passant*, analisados neste trabalho.

Vivemos em uma época de grandes mudanças paradigmáticas. A primeira delas, e talvez a mais importante se dá na relação homem-natureza. Hannah Arendt traz um exemplo em sua obra acerca da relação que o homem tinha com a natureza no início do século XVII, quando da colonização da África do Sul pelos europeus:

*Para aqueles homens brancos, o que tornava os negros diferentes não era propriamente a cor da pele, mas o fato de que eles se comportavam como se fizessem parte da natureza. Não haviam, como os europeus, criado um âmbito humano separado do mundo natural. (...) Era como se eles não pertencessem à espécie humana. Por serem parte da natureza, eram vistos como mais um “recurso” a ser explorado.*¹⁴³

Vemos, portanto, que o atual paradigma que se busca ultrapassar é centralizado no ser humano, antropocêntrico. Fritjof Capra, observando esta relação propôs um novo paradigma chamado de *visão de mundo holística*, ou *ecologia profunda* – se entendido a fundo o significado da palavra *ecologia*. A ecologia profunda, nas palavras do referido

¹⁴¹ “País de Megadiversidade é o termo usado pela CI para designar os países mais ricos em biodiversidade do mundo. O número de plantas endêmicas – aquelas que só existem no país e em nenhum outro lugar – é o critério principal para que ele seja considerado ‘de Megadiversidade’. Outros critérios são o número de espécies endêmicas em geral e o número total de mamíferos, pássaros, répteis e anfíbios”. BRASIL, Conservação Internacional. **Megadiversidade**. Disponível em <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: 18 out 2009.

¹⁴² “Ademais, o Brasil possui uma rica sociobiodiversidade representada por mais de 200 povos indígenas, uma diversidade de comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc.) que reúnem um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação da biodiversidade”. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 15 out 2009.

¹⁴³ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 222.

autor, “reconhece a interdependência fundamental de todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)”.¹⁴⁴

Tal pensamento é baseado no *método cartesiano*, de modo que “o universo material, incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes, e poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando-o em termos de suas menores partes”¹⁴⁵. Soma-se a esta dissecação do todo em partes para que se pudesse entendê-lo, um segundo elemento essencial do paradigma que é necessário superar: a pretensão de obtenção de *certeza científica*, uma vez que o que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao método de questionamento de quem a vê¹⁴⁶. Neste sentido:

*Tendemos a viver num mundo de certezas, de solidez perceptiva não contestada, em que nossas convicções provam que as coisas são somente como as vemos e não existe alternativa para aquilo que nos parece certo. Essa é nossa situação cotidiana, nossa condição cultural, nosso modo habitual de ser humanos.*¹⁴⁷

Assim, ao perceber que o homem integra a natureza, da mesma forma que não existem certezas científicas absolutas, claro é que vivemos em uma sociedade complexo-sistêmica. A complexidade significa a observação da sociedade por um viés que contemple todas as perspectivas e não apenas uma, dogmática, fundamentada no normativismo – especialmente quando se tratar da abordagem jurídica a ser realizada sobre o tema. É sistêmica porque aquilo que outrora “denominamos parte é apenas um padrão numa teia inseparável de relações”¹⁴⁸, ou seja, é sistêmica porque não há hierarquia de níveis e não há como dissociar suas partes, pois a lógica do todo se faz pelo “aparente” caos das partes¹⁴⁹.

Assim, para a análise da biodiversidade, imperioso atentar aos conceitos referidos, uma vez que a natureza é um sistema que deve ser, em sua totalidade, conservado, a fim de que não haja desequilíbrio ambiental e a formação ou agravamento dos riscos aos seres humanos que, indubitavelmente, são uma parte inseparável da

¹⁴⁴ CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 17.

¹⁴⁵ Idem, p. 34.

¹⁴⁶ Idem, p. 49.

¹⁴⁷ MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Athenas, 2001, p. 22.

¹⁴⁸ CAPRA, Fritjof. Op. Cit. p. 47.

¹⁴⁹ Aparente caos das partes no sentido de que é o embate existente entre a ordem e a desordem que conduz à organização. Para saber mais, vide: MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

natureza. Nessa esteira, buscar-se-á realizar uma reflexão a respeito da Convenção sobre a Diversidade Biológica para, posteriormente, tendo-a como parâmetro de análise, observar o diploma legal brasileiro que aborda o tema, verificando as inconformidades existentes em relação à mesma.

2. BREVE HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTEÚDO DA CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA

A Convenção sobre a Diversidade Biológica¹⁵⁰, CDB, é fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Sua importância consiste no fato de ser o primeiro tratado internacional a regulamentar o uso dos recursos decorrentes da biodiversidade, visando sua conservação.

Conforme os Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente do Brasil, “168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram”¹⁵¹, o que denota a abrangência de seu conteúdo na seara internacional, bem como sua influência na elaboração de novos marcos regulatórios acerca do tema¹⁵². O Brasil foi o primeiro país a ratificar a CDB, internalizando-a, por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 03 de fevereiro de 1994¹⁵³, passando a adotar diversas medidas legais e políticas¹⁵⁴ para cumprir com os compromissos assumidos¹⁵⁵.

Da CDB podemos extrair, desde seu preâmbulo, bem como do disposto nos artigos, os principais objetivos e princípios que a Convenção adota e recomenda para

¹⁵⁰ SEITENFUS, Ricardo (org). **Legislação Internacional**. Barueri: Manole, 2004.

¹⁵¹ BRASIL. **Oitava Conferência das Partes (COP8) da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) e Terceira Reunião das Partes (MOP3) do Protocolo de Cartagena**. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 12 out 2009.

¹⁵² Conforme o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, a CDB tem definido importantes marcos legais e políticos mundiais que orientam a gestão da biodiversidade, como, por exemplo, o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, as Diretrizes de Bonn, as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade, os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade, as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecossistêmica para a Gestão da Biodiversidade. Idem.

¹⁵³ BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994**. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/02-94.htm>>. Acesso em: 10 out 2009.

¹⁵⁴ Como exemplo, tem-se o Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica, o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. Para saber mais: BRASIL. **Oitava Conferência das Partes (COP8) da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) e Terceira Reunião das Partes (MOP3) do Protocolo de Cartagena**. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 12 out 2009.

¹⁵⁵ Art. 6º da CDB. SEITENFUS, Ricardo (org). **Legislação Internacional**. Barueri: Manole, 2004.

tratar da diversidade biológica no mundo. Destacam-se dois: a conservação/proteção e a utilização sustentável da biodiversidade, a qual, segundo a própria Convenção, significa

*a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.*¹⁵⁶

Inicialmente, observa-se que ao atribuir aos Estados o domínio dos recursos biológicos que estão em seus territórios, a Convenção reconhece não somente a soberania¹⁵⁷ dos Estados sobre sua biodiversidade, como também a responsabilidade nacional pela conservação da diversidade biológica¹⁵⁸. Indica às Partes Contratantes que a preservação daquela deve ser, preferencialmente, “*in situ*”¹⁵⁹, mas não desmerece a “*ex situ*”¹⁶⁰, especialmente quando esta se der no próprio país de origem da biodiversidade¹⁶¹.

A globalização tem causado significativa influência sobre os conceitos de soberania e cidadania, seja porque a governança tem sido gradativamente concedida a organismos intra, para e supragovernamentais, e também, porque o fluxo de informações tem alterado as culturas e, conseqüentemente, interferido na identidade de cada povo, nem sempre valorizando o conhecimento tradicional¹⁶².

A elaboração da CDB se deu em um momento histórico em que a globalização – ou globalizações, como indica Boaventura de Souza Santos¹⁶³ – impreterivelmente demonstrou a aproximação das fronteiras pela tecnologia e a ineficiência do Estado, em sua concepção moderna, em lidar com questões que transpassam os seus limites territoriais: “a intensificação das interações que atravessam as fronteiras e as práticas

¹⁵⁶ Art. 2º da CDB. Idem.

¹⁵⁷ Art. 15 da CDB. Ibidem.

¹⁵⁸ Art. 3º da CDB. Ibidem.

¹⁵⁹ Consoante dispõe na CDB, a conservação “*in situ*” “significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características”. Ibidem. p. 1227

¹⁶⁰ Já a conservação “*ex situ*” “significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais”. Ibidem. p. 1227.

¹⁶¹ Arts. 8º e 9º da CDB. Ibidem. p. 1229.

¹⁶² ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Pensamento Sistêmico-Complexo na Transnacionalização Ecológica. In: ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; VIEIRA, João Telmo (orgs.). **Ecodireito: o Direito Ambiental numa perspectiva sistêmico-complexa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

¹⁶³ SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideais, como fez no passado”.¹⁶⁴ Neste sentido,

*inevitável na globalização é, portanto, extrapolar os limites do estado-nação, com a criação de institutos multilaterais com maior autoridade do que a soberania dos Estados (...) De acordo com Baumann, o significado mais profundo transmitido pela globalização é o seu caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais. Acêntrico, o mundo globalizado é uma nova desordem mundial e isso nos retira quase que totalmente a idéia de controle, por mais que existam mecanismos cuja função, dentre outras, seja garantir uma certa estabilidade política, econômica, social e jurídica*¹⁶⁵.

A CDB afirma no seu preâmbulo que a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade fortalecerá a amizade entre os países e a paz mundial, do mesmo modo que a adoção de medidas desse tipo são, muito além de uma preocupação presente, uma preocupação com as futuras gerações¹⁶⁶.

O princípio da precaução, suscitado também no preâmbulo da CDB, foi materializado também no Rio de Janeiro, em 1992, no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

*De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.*¹⁶⁷

Da redação desse princípio, pode-se apreender um importante passo no tratamento do meio ambiente, pois na dúvida sobre os efeitos decorrentes de atividades potencialmente nocivas à diversidade biológica, o Estado deve intervir de forma

¹⁶⁴ Ibidem. p. 36.

¹⁶⁵ ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira, op. cit., p. 65.

¹⁶⁶ Vislumbra-se, portanto, a adoção do Princípio da Equidade Intergeracional, o qual, resumidamente, é informado por outros três: o princípio da conservação das opções (os recursos naturais devem ser conservados para possibilitar a solução de problemas pelas futuras gerações); o princípio da conservação da qualidade (a qualidade dos recursos deve ser mantida para as próximas gerações) e o princípio da conservação do acesso (as próximas gerações devem ser providas com o mesmo acesso aos recursos naturais que tiveram as gerações passadas). LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araujo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

¹⁶⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/bmestar/rio92.htm>>. Acesso em: 23 jun 2009.

substancial com o fito de manter o equilíbrio ecológico. Neste sentido, Paulo Affonso Leme Machado:

*A implementação do princípio da precaução não tem por finalidade imobilizar as atividades humanas. Não se trata da precaução que tudo impede ou que em tudo vê catástrofes ou males. O princípio da precaução visa à durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas e à continuidade da natureza existente no planeta.*¹⁶⁸

Complementando essa idéia, adverte Wellington Pacheco Barros que o Poder Público não pode utilizar deste princípio discricionariamente, pois se trata de norma a ser definida por lei específica. Conclui o doutrinador que o princípio da precaução se exterioriza por meio do princípio da legalidade¹⁶⁹.

A CDB alerta que o tratamento que a humanidade tem dado à biodiversidade é demasiado irresponsável e estabelece a relação entre a preservação desta e a possibilidade de manutenção da vida na Terra. Indubitável é que os interesses particulares econômicos e políticos têm levado o mundo ao seu extremo de exploração. Para Francisco Varela, “a possibilidade de sobreviver dignamente neste planeta depende da aquisição de uma nova mentalidade”¹⁷⁰. Percebe-se na CDB que esta nova mentalidade fundamenta-se na sustentabilidade¹⁷¹, que, nas palavras de Lester Brown, assim pode ser sintetizada: “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das futuras gerações”¹⁷². Assim, a tarefa que a CDB impõe aos seus signatários é criar ambientes sociais e culturais onde a satisfação das necessidades e as aspirações atuais não diminuam ou terminem com as das gerações posteriores.¹⁷³

A Convenção reconhece ainda o valor e busca a socialização e o acesso do conhecimento tradicional relevante¹⁷⁴, desde que os seus titulares sejam beneficiados. Por conhecimento tradicional entende-se “práticas, conhecimentos empíricos e costumes passados de pais para filhos e crenças das comunidades tradicionais que

¹⁶⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 47.

¹⁶⁹ BARROS, Wellington Pacheco. **Direito Ambiental Sistematizado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

¹⁷⁰ VARELA, Francisco. O caminhar faz a trilha. In: THOMPSON, William (org). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: Gaia, 2001, p. 46.

¹⁷¹ Art. 10 da CDB.

¹⁷² BROWN, Lester, 1981 apud CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 18.

¹⁷³ CAPRA, op. cit.

¹⁷⁴ Preâmbulo da CDB. SEINTENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 1225.

vivem em contato direto com a natureza; ou seja, é o resultado de um processo cumulativo, informal e de longo tempo de formação”¹⁷⁵. Fato é que, o dispositivo em comento gera certa dúvida acerca de se saber quem determinará se um conhecimento tradicional é ou não relevante, assim como quanto vale a sua utilização sustentável ou com fins conservacionistas por outros que não a comunidade de onde emana o conhecimento tradicional.

Na tentativa de visualizar a questão considerando o maior número de perspectivas possível, a CDB trata da importância da colaboração da mulher¹⁷⁶ na conservação e utilização sustentável da biodiversidade, bem como da necessária cooperação internacional, regional e mundial entre os Estados, organismos intra e não-governamentais¹⁷⁷. O contexto complexo-sistêmico que vigora hodiernamente necessita de ações conjuntas no que tange a assuntos como a proteção da biodiversidade, pois a natureza não respeita as fronteiras criadas pelo homem. Assim sendo, mister é o engajamento de todos os órgãos, sejam estatais ou não, e da sociedade civil para que se efetive a tutela do meio ambiente. Nesta esteira,

*quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes.*¹⁷⁸

A necessidade de maior investimento e acesso às tecnologias, com o fito de que não se continue “perdendo” a biodiversidade, são expressos no art. 11 da CDB. Constitui-se em verdadeiro estímulo aos países signatários à adoção de medidas econômicas e sociais específicas¹⁷⁹ que protejam a biodiversidade, especialmente nos países em desenvolvimento, que carecem de mais ajuda, bem como os com menor desenvolvimento e os pequenos Estados insulares.¹⁸⁰

Percebe-se que a CDB preocupa-se em fazer com que países desenvolvidos destinem capital e tecnologia aos países em desenvolvimento para conservação e

¹⁷⁵ SANTOS, Antônio Silveira R. Biodiversidade, bioprospecção, conhecimento tradicional e o futuro da vida. In: **Revista de Informação e Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/silveira.html>>. Acesso em: 16 out 2009.

¹⁷⁶ Preâmbulo da CDB. SEINTENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 1225.

¹⁷⁷ Preâmbulo e art. 5º da CDB. SEINTENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 1225.

¹⁷⁸ CAPRA, op. cit., p. 26.

¹⁷⁹ Art. 11 da CDB. SEINTENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 1231.

¹⁸⁰ Art. 20 da CDB. Idem. p. 1236.

utilização sustentável da biodiversidade, afirmando que “as prioridades primárias e fundamentais das partes que são países em desenvolvimento” são “o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza”¹⁸¹. Talvez, se fosse feita uma interpretação mais rigorosa, seria possível identificar o interesse econômico preponderando sobre os objetivos explícitos na CDB.

Cientes de que os objetivos contidos na CDB somente podem ser alcançados caso haja a participação maciça de todas as populações, as Partes Contratantes fixaram a educação e sensibilização do público como objetivos-meio da Convenção¹⁸². Neste sentido, pertinentes as palavras de Moacir Gadotti:

*A ecopedagogia como movimento social e político surge no seio da sociedade civil, nas organizações tanto de educadores quanto de ecologistas e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente. A sociedade civil vem assumindo a sua cota de responsabilidade diante da degradação do meio ambiente, percebendo que apenas por uma ação integrada é que essa degradação pode ser combatida*¹⁸³.

Expressa a CDB ainda que a utilização sustentável da biodiversidade é necessária para atender à população no que se refere a alimentos e saúde. Para tanto, imprescindível é o acesso e repartição de recursos genéticos e tecnologias¹⁸⁴. Nitidamente, está presente uma preocupação com a segurança alimentar¹⁸⁵ dos Estados, relacionando-a à preservação da biodiversidade, bem como à manutenção de um meio ambiente equilibrado como forma de profilaxia¹⁸⁶.

Por fim, a impossibilidade de fazerem-se reservas¹⁸⁷ (conforme artigo 37 da CDB) à Convenção, bem como a limitação temporal da denúncia¹⁸⁸ (conforme artigo 38

¹⁸¹ Art. 20 da CDB. Ibidem. p. 1236.

¹⁸² Art. 13 da CDB. Ibidem. p.

¹⁸³ GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000, p. 91.

¹⁸⁴ Preâmbulo e arts. 1º e 8º da CDB. Ibidem.

¹⁸⁵ Segurança Alimentar é definida pela FAO como o acesso a alimentos suficientes, saudáveis e nutritivos, que garantam aos seres humanos aquilo que necessitam em sua dieta, conforme suas preferências, para uma vida saudável e ativa. ONU, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **What is Food Security?** Disponível em: <<http://www.fao.org/spfs/en/>>. Acesso em: 23 jun 2009.

¹⁸⁶ Vide PIGNATTI, Marta G. **Saúde e Ambiente**: as doenças emergentes no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23540.pdf>>. Acesso em: 18 out de 2009.

¹⁸⁷ “Instrumento característico dos tratados multilaterais, a reserva objetiva excluir, do compromisso do Estado, certos dispositivos acordados”, sendo um corolário do Princípio da Soberania. “O direito de impor reservas, contudo, não é absoluto. Para a CIJ, deve ser observada a *compatibilidade da reserva com o objeto e a meta da Convenção*”. SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 50, grifos do autor.

¹⁸⁸ Mediante interpretação do Artigo 56 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, pode-se conceituar denúncia como a manifestação de vontade através da qual o Estado – em razão de sua

da CDB) desta denotam que as Partes Contratantes querem a adesão total ao texto legal, do mesmo modo com que buscam coibir a retirada das Partes da CDB, a fim de que a Parte que a denuncie não possa contrariá-la de imediato. Ou seja, há um período de carência entre o pedido de retirada e a efetivação do mesmo, sendo que as contrariedades praticadas neste íterim serão consideradas transgressões à Convenção. É uma segurança às Partes para que uma delas não decida denunciar a CDB frente a um interesse econômico que conflite com os objetivos do tratado.

Assim, após uma breve exposição de algumas das disposições importantes da Convenção, buscar-se-á realizar uma leitura crítica do diploma legal brasileiro sobre biodiversidade atualmente vigente, a fim de refletir sobre as incongruências existentes em relação aos princípios e objetivos definidos pela Convenção.

3. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E AO CONHECIMENTO TRADICIONAL: INCONFORMIDADES

O processo de fortalecimento do paradigma cartesiano-mecanicista¹⁸⁹ antes abordado – que entre outros fatores conduziu a dualismos intransponíveis, identificados na subordinação do elemento inferior ao elemento (supostamente) superior, como os observados entre homem-natureza¹⁹⁰, sujeito-objeto (de estudo), homem-mulher, ciência-cultura – foi fortalecido por fatores econômicos e políticos, já que o conhecimento criado mediante essas bases propiciava o desenvolvimento tecnológico e, portanto, a ascensão do capitalismo¹⁹¹. Dessa forma, o método cartesiano-mecanicista, fortalecido pelos objetivos do capitalismo, determinou “... a transformação dos critérios de validade do conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento. A partir de então a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas, muito mais do que isso, o que é conhecimento válido”¹⁹².

soberania – retira-se do âmbito de aplicação do Tratado, deixando de sofrer as consequências que decorrem do compromisso por ele fixado. ONU, Comissão de Direito Internacional. **Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>. Acesso em: 18 out 2009.

¹⁸⁹ CAPRA, op. cit.

¹⁹⁰ OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

¹⁹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁹² Idem, p. 22.

Nessa esteira, todo o conhecimento proveniente de um processo de construção distinto do descrito, foi tido como inferior, como subalterno, o que conduziu a mais uma dicotomia (conhecimento científico-conhecimento não científico) ou, nas palavras de Boaventura de Souza Santos¹⁹³, seguindo o processo de colonização perpetrado nas mais diversas esferas¹⁹⁴, um colonialismo de dimensão epistemológica. Nas suas palavras esclarecedoras, tem-se que

*o que está em causa, aqui, não é a validade da mecânica newtoniana, mas (...), em particular, a sua transformação em modelo geral, não só do conhecimento científico, como dos diferentes componentes do mundo que o conhecimento científico procura conhecer. A passagem do conhecimento à intervenção transformadora do mundo faz-se, nessas condições, reduzindo tudo o que é relevante ao que pode ser conhecido através deste modelo. O resultado é o que designamos, em geral, como colonialismo (...)*¹⁹⁵.

É, portanto, a partir da realidade estabelecida pelo colonialismo (epistemológico) e pela globalização hegemônica (econômica e política) que deve ser feita a leitura da legislação brasileira, qual seja, a Medida Provisória nº 2.186-16 de 23 de Agosto de 2001¹⁹⁶, referente à proteção da biodiversidade e do conhecimento tradicional, tendo como paradigma o disposto na CDB. Somente mediante a consideração dessas perspectivas há a possibilidade de estudar a referida legislação de maneira crítica, ponderando a respeito dos (prováveis / possíveis) interesses envolvidos quando de sua elaboração. Nesse sentido, identificaram-se quatro dispositivos a respeito dos quais se acredita ser possível identificar a existência de desígnios escusos, distintos daquele para o qual (teoricamente) foi editada esta norma: a proteção da biodiversidade e do conhecimento tradicional.

3.1. Artigo sexto¹⁹⁷: a preterição do Princípio da Precaução

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Abordando o processo de colonização, Santos afirma que “a constituição do ‘sistema-mundo moderno/colonial’ (Wallerstein, 1979; Mignolo, 2000) a partir do século XV, assentou em múltiplas ‘destruições criadoras’ que, mesmo quando realizadas em nome de projetos ‘civilizadores’, libertadores ou emancipatórios, visaram a reduzir a compreensão do mundo à compreensão ocidental do mundo. (...) A negação da diversidade é inerente ao colonialismo”. Ibidem, p. 26.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 58.

¹⁹⁶ BRASIL. **Medida provisória nº 2.186-16**, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 07 out 2009.

¹⁹⁷ **Art. 6º.** A qualquer tempo, existindo evidência científica consistente de perigo de dano grave e irreversível à diversidade biológica, decorrente de atividades praticadas na forma desta Medida Provisória, o Poder Público, por intermédio do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, previsto no art. 10, com base em critérios e parecer técnico, determinará medidas destinadas a impedir o dano,

O presente artigo, conforme é possível depreender de uma leitura um pouco mais atenta, traduz claramente a concepção moderna de ciência, acompanhada pela preponderância do interesse econômico e político sobre a preocupação com a proteção da biodiversidade – a atividade realizada será sustada mediante a identificação de evidência científica *consistente*, acompanhada de parecer técnico. Pode-se observar, portanto, que se faz necessária a obtenção de uma informação a respeito de possível dano grave e irreversível que seja escudada (quase) por uma certeza científica – quando a própria física (quântica) já provou que a ciência não é capaz (nem deve ter essa pretensão) de elaborar verdades absolutas, eternas e irrefutáveis (é possível alcançar, no máximo, probabilidades aproximadas¹⁹⁸), especialmente no contexto da sociedade de risco¹⁹⁹, que torna essa realidade de imprevisibilidade ainda mais evidente.

É visível, nesse caso, a ofensa ao Princípio da Precaução, antes abordado e previsto na CDB – de modo que deveria bastar uma *mera* evidência de potencial dano grave e irreversível para a paralisação das atividades, sendo dispensável inclusive a elaboração de parecer técnico²⁰⁰. Isso se deve ao fato de que o Princípio da Precaução foi criado como instrumento de gestão do risco ambiental²⁰¹. Dessa forma,

*o domínio específico de sua aplicação envolve a necessidade de resolução de problemas a partir de bases limitadas de conhecimento, circunstância que enfatiza sua compreensão a partir de uma dimensão programadora, que se concentra em buscar alternativas de tomada das melhores decisões possíveis...*²⁰².

podendo, inclusive, sustar a atividade, respeitada a competência do órgão responsável pela biossegurança de organismos geneticamente modificados.

¹⁹⁸ CAPRA, op. cit.

¹⁹⁹ “A proliferação de ameaças, imprevisíveis, invisíveis, para as quais os instrumentos de controle falham e são incapazes de prevê-las, é uma característica tipicamente associada a uma dinâmica de poder baseada nas relações estabelecidas com o fenômeno da inovação, e que encontra suas origens em uma fase do desenvolvimento da modernização, em que as transformações produzem consequências que expõem as instituições de controle e proteção das sociedades industriais à crítica...”. AYALA & LEITE, op. cit., p. 12. Assim, os riscos nesse contexto são consequências das tomadas de decisão realizadas, e não mais de eventos da natureza, de modo que se impõe a *gestão* desses riscos – categoria adequada ao tratamento da questão, que passa a ser utilizada no presente trabalho.

²⁰⁰ Considerando a burocracia decorrente das formalidades existentes na Administração Pública, a exigência de parecer técnico resulta na preterição do conhecido *periculum in mora*, o qual prescreve a rápida tomada de decisão a fim de evitar a ineficácia da mesma.

²⁰¹ No que se refere ao Princípio da Precaução, tem-se que “o *âmbito funcional* de sua aplicação circunscreve-se ao segundo momento, o da *gestão dos riscos*, relacionado diretamente com o desenvolvimento das atividades de participação generalizada nos processos políticos de tomada de decisões...”. LEITE & AYALA, op. cit., p. 75, grifos do autor.

²⁰² LEITE & AYALA, op.cit., p. 76 -77, grifos do autor.

3.2. Artigo dez²⁰³: a gestão²⁰⁴ (não-) democrática da biodiversidade

Este dispositivo legal determina a criação de um órgão específico para o tratamento dos temas relativos à proteção da biodiversidade e do conhecimento tradicional, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, que teve sua composição definida pelo Decreto 3.945/01²⁰⁵. Este, no art. 2º, enumerou vinte e nove órgãos e entidades da Administração Pública Federal, os quais possuem competência para tratar das matérias constantes desta Medida Provisória – ou seja, para tratar de um bem jurídico de toda a população brasileira (não excluindo a importância global da biodiversidade aqui existente) e, especialmente, de interesses das comunidades locais envolvidas.

Frente a isso, pergunta-se: o que fazer com a violação ao Princípio da *Participação Popular* implicitamente contido no artigo 225, caput, da Constituição Federal; enunciado no Princípio nº 10 da Declaração do Rio? É inadmissível que um assunto tão relevante seja definido por um órgão que não contemple, de forma alguma, qualquer tipo de atuação da sociedade civil – nem mesmo das comunidades tradicionais, que são as diretamente atingidas pelas decisões realizadas.

A participação popular nas decisões afetas ao meio ambiente no contexto da sociedade de risco tem sua importância elevada à última potência. Isso se deve ao fato de que a incapacidade das instituições tradicionais de lidarem com os riscos produzidos (por elas mesmas, muitas vezes) conduz à conclusão de que aqueles que sofrem as consequências das decisões humanas devem participar desse momento, a fim de se obter uma gestão dos riscos ambientais mais eficaz²⁰⁶. Por esse motivo, é necessária a instituição da possibilidade de atuação de ONG's ambientais relacionadas ao tema, a fim de efetivar a participação da sociedade civil na gestão da biodiversidade.

²⁰³ Artigo 10. Fica criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, de caráter deliberativo e normativo, composto de representantes de órgãos e de entidades da Administração Pública Federal que detêm competência sobre as diversas ações de que trata esta Medida Provisória.

²⁰⁴ Conforme antes destacado, gestão é a categoria que possibilita um melhor tratamento da questão ambiental, já que visualiza sua proteção também sob a perspectiva precaucional.

²⁰⁵ BRASIL. **Decreto 3.945 de 28 de Setembro de 2001**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D3945.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2009.

²⁰⁶ A respeito da importância da participação popular na tomada de decisão diante da realidade da sociedade de risco, vide: CHRISTMANN, Luiza Landerdahl; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. A obrigatoriedade da audiência pública ambiental como instrumento para uma gestão democrática dos riscos ambientais. In: **IV Simpósio Dano Ambiental na Sociedade de Risco/ II Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa em Direito Ambiental**. Florianópolis: Grupo de Pesquisa de Direito Ambiental na Sociedade de Risco/ UFSC, 2009.

Além disso, em relação às comunidades tradicionais, visando enfrentar o colonialismo epistemológico estabelecido pela hegemonia do conhecimento científico cartesiano, é importante a participação das mesmas a fim de buscar o estabelecimento de uma relação democrática, não hierarquizante, entre as duas esferas de saber. Nesse sentido, “a elaboração de uma concepção mais vasta e profunda dos saberes deverá assentar num sentido mais democrático destes, pressupondo a participação de todos na sua elaboração e (re) produção”²⁰⁷; sem dúvida alguma, ninguém melhor que tais atores sociais para auxiliar na decisão das medidas necessárias para proteger a biodiversidade e o seu próprio conhecimento, tendo em vista a vasta práxis que possuem no tratamento dos mesmos.

3.3. Artigo dezessete²⁰⁸: a biodiversidade como mercadoria em razão do interesse público

O presente dispositivo legal apresenta uma exceção ao disposto no artigo 16, §9º, I, que estabelece a exigência de anuência prévia da comunidade envolvida para a concessão de Autorização de Acesso e de Remessa de componente do Patrimônio Genético ou conhecimento tradicional associado. A gravidade do estabelecido em referido dispositivo consiste na dispensa da anuência normalmente exigida frente à existência de “relevante interesse público” – expressão correntemente conhecida pela sua dificuldade de definição, visto ser um conceito aberto à interpretação do jurista. Nota-se, portanto, que “... a alegação de dispensa em casos de relevante interesse público é absurda, porque em princípio não existe interesse público irrelevante; e, como não são especificados nem os casos relevantes nem a autoridade competente que o define, pode ser qualquer uma!”²⁰⁹.

Pergunta-se, então, que “relevante interesse público” poderia ser esse, apto a autorizar tal medida extrema – talvez a possibilidade de extinção de uma espécie, que por tal razão exige a intervenção imediata para coleta de material *in situ* e depósito *ex*

²⁰⁷ SANTOS, op. cit., p. 76.

²⁰⁸ Artigo 17. Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético dispensará anuência prévia dos seus titulares, garantido a estes o disposto nos arts. 24 e 25 desta Medida Provisória.

²⁰⁹ SANTOS, Laymert Garcia. Quando o conhecimento tecnocientífico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. IN: SANTOS, op. cit., 2005, p. 161. Ainda que referindo-se à medida provisória anterior, o comentário é pertinente, visto que a disposição se manteve no diploma legal presente.

situ? Talvez tal situação realmente autorizasse uma decisão antidemocrática, abrupta e urgente como essa, tendo em vista as conseqüências que o *periculum in mora* poderia acarretar. No entanto, a prática habitual no que se refere à proteção do bem ambiental como um todo leva a concluir que se trata, com maior probabilidade, do atendimento de interesses econômicos em detrimento de qualquer outro existente em posição oposta. Certamente, pode-se observar que a bioprospecção²¹⁰ é o efetivo alvo de proteção da lei; o patrimônio genético e o conhecimento tradicional que não possuem potencial de uso comercial dificilmente serão agraciados com uma proteção tão eficiente quanto aqueles que o apresentarem.

Nesse sentido, “o valor da biodiversidade como fonte de matéria-prima para a biotecnologia e a indústria farmacêutica aparece, contudo, como a vertente mais visível da relação entre biodiversidade e atividade econômica”²¹¹. O que isso acarreta é a valorização parcial do conhecimento associado, de modo que somente tem relevância aquele é comercializável; “... dotado de valor, o objeto, o saber, transforma-se em mercadoria (...) podendo ser privatizado”²¹². É possível vislumbrar, portanto, que a facilidade de definição do “relevante interesse público” poderá decretar a morte do disposto no artigo 16, §9º, I, sempre que existir um forte interesse econômico na facilitação desse procedimento.

3.4 Artigo vinte e um²¹³: “a solução é alugar o Brasil”²¹⁴

Como último dispositivo de duvidosa intenção, tem-se a questão a respeito do acesso à tecnologia e transferência de tecnologia a ser realizada entre a entidade que se beneficia do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional e o órgão/entidade que realiza esse procedimento, fiscalizando-o e dando suporte àquela.

²¹⁰ Consoante a MP em comento, bioprospecção é a “atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial”.

²¹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 67.

²¹² Idem, p. 67.

²¹³ Artigo 21. A instituição que receber amostra de componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado facilitará o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e utilização desse patrimônio ou desse conhecimento à instituição nacional responsável pelo acesso e remessa da amostra e da informação sobre o conhecimento, ou instituição por ela indicada.

²¹⁴ Trecho da música “Aluga-se”, do grupo Titãs, que aborda a questão da venda dos recursos brasileiros aos estrangeiros.

Referido dispositivo afirma que tal transferência de tecnologia será “facilitada” pela entidade beneficiada; mas, afinal, o que significa um acesso facilitado? Poderia ser tanto a venda da tecnologia com 10% (dez por cento) de desconto, como a transferência gratuita da mesma – motivo pelo qual se supõe que deverá ocorrer uma negociação entre tais entidades.

O problema se encontra no fato de que, como mais uma das consequências da globalização hegemônica existente, a capacidade de negociação das partes não é igual; entre particulares, em âmbito interno, já se reconheceu a hipossuficiência de uma das partes nas mais diversas relações jurídicas²¹⁵ – por que tal desigualdade não poderia ocorrer entre Estados? Provavelmente, o poder econômico poderá prevalecer e, nesse caso, estaremos concedendo acesso a nossa sócio-biodiversidade em troca da compra da tecnologia respectiva: forneceremos a matéria-prima por baixíssimos valores para comprar o produto final por preços exorbitantes!

Tal hipótese não se mostra absurda ao se analisar o caso Novartis, ocorrido em 2000, quando tal empresa suíça negociou com a BioAmazônia²¹⁶ o acesso à biodiversidade brasileira em troca de baixos valores e parco acesso à tecnologia²¹⁷. Criticando o “acordo de cooperação” firmado entre as duas entidades, o presidente da Fundação Butantan pronunciou-se no sentido de que a Novartis

*(...) oferece, e a BioAmazônia aceita, 500 mil francos suíços, quando a Novartis declarar que está fazendo um estudo clínico com um produto derivado da biodiversidade brasileira (...). No meio do tempo, a Novartis nos ensinará a ser seus técnicos, colhendo microorganismo, fermentando e analisando a presença de produtos interessantes*²¹⁸.

Pode-se observar, portanto, que o Brasil pouco se beneficiou com os valores alcançados pelo acesso à biodiversidade (quando se fala na questão econômica, é indispensável avaliar adequadamente o valor que esta possui, sob pena de verdadeira afronta ao interesse público), e que – debochadamente – foi “presenteado” com a possibilidade de “aprender a ser técnico” da Novartis, o que certamente não é suficiente

²¹⁵ Assim se apresentam os seguintes casos: consumidor-fornecedor; empregado-empregador; alimentando-alimentante, entre tantos outros.

²¹⁶ Organização social criada pelo Estado brasileiro para implementar o Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem).

²¹⁷ Tem-se pleno conhecimento de que ainda não existia nenhuma legislação regendo tal relação jurídica, mas o caso prático é bastante elucidativo da posição inferior em que se encontra o Brasil frente a países desenvolvidos, de modo que tal “facilitação” de acesso à tecnologia, semelhantemente, poderia se resumir a simples descontos na compra da mesma.

²¹⁸ RAW, 2000 apud SANTOS, Laymert Garcia, op. cit., p. 159.

para a apreensão do processo tecnológico em completude. Nas palavras do autor, tal situação “... se resume à venda barata do acesso à matéria-prima genética para a indústria biotecnológica”²¹⁹, sendo exatamente esse o receio existente em uma interpretação orientada pela perspectiva econômica: que se acabe por “alugar o Brasil”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário da crise ambiental, uma legislação que abordasse a proteção da biodiversidade tornou-se indispensável; para isso, foi elaborada a Convenção sobre Diversidade Biológica. No Brasil, após sua ratificação, foi criada legislação pátria em forma de medida provisória, visando disciplinar mais especificamente as relações decorrentes do acesso aos recursos biológicos e genéticos, assim como ao conhecimento a eles associado.

Analizando a CDB, percebe-se sua preocupação com a preservação e utilização sustentável da diversidade biológica, suscitada diversas vezes, seja como objetivo, seja como justificativa de medidas a serem adotadas, bem como a constante menção aos recursos que os países desenvolvidos remeterão aos em desenvolvimento em troca da simples conservação ou como forma de garantir o acesso à biodiversidade destes. Na MP, observa-se, primordialmente, a discricionariedade do Poder Público, seja já na elaboração da MP – que deveria ter sido feita pelo Legislativo e não pelo Executivo – seja na possibilidade de se preterir os princípios da precaução e da participação popular na dita proteção à biodiversidade. Assim, identificam-se pontos de incongruências entre ambas as legislações.

Contudo, o Brasil está em vias de elaborar uma legislação nacional mais adequada à proteção da biodiversidade, conforme se vislumbra do projeto de lei que já passou por processo de consulta popular²²⁰, o qual – em uma leitura superficial – não apresenta os pontos polêmicos aqui abordados. Identifica-se, portanto, a perspectiva de se alcançar uma proteção mais efetiva da biodiversidade, sempre considerando o direito das futuras gerações.

²¹⁹ Idem, p. 159.

²²⁰ BRASIL. **Projeto de lei.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_biologica.htm. Acesso em: 15 out 2009.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Pensamento Sistêmico-Complexo na Transnacionalização Ecológica. In: ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; VIEIRA, João Telmo (orgs.). **Ecodireito: o Direito Ambiental numa perspectiva sistêmico-complexa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BARROS, Wellington Pacheco. **Direito Ambiental Sistematizado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade Brasileira**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 16 out 2009.

BRASIL. **Projeto de Lei**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_biologica.htm>. Acesso em 15 out 2009.

BRASIL. **Medida provisória nº 2.186-16**, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 07 out 2009.

BRASIL. **Decreto 3.945 de 28 de Setembro de 2001**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D3945.htm>. Acesso em 12 out 2009.

BRASIL. **Oitava Conferência das Partes (COP8) da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) e Terceira Reunião das Partes (MOP3) do Protocolo de Cartagena**. Disponível em <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em 12 out 2009.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994**. Disponível em <<http://www.lei.adv.br/02-94.htm>>. Acesso em 10 out 2009.

BRASIL, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Megadiversidade**. Disponível em <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em 18 out 2009.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CHRISTMANN, Luiza Landerdahl; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. A obrigatoriedade da audiência pública ambiental como instrumento para uma gestão democrática dos riscos ambientais. In: **IV Simpósio Dano Ambiental na Sociedade de Risco/ II Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa em Direito Ambiental**. Florianópolis: Grupo de Pesquisa de Direito Ambiental na Sociedade de Risco/ UFSC, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araujo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Athenas, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

ONU, **Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/bmestar/rio92.htm>>. Acesso em 23 jun 2009.

ONU, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **What is Food Security?** Disponível em: <<http://www.fao.org/spfs/en/>>. Acesso em 23 jun 2009.

ONU, Comissão de Direito Internacional. **Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>. Acesso em: 18 out 2009.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PIGNATTI, Marta G. **Saúde e Ambiente: as doenças emergentes no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23540.pdf>>. Acesso em: 18 out de 2009.

REVISTA DE GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA. **Glossário**. Disponível em <<http://www.aprh.pt/rgci/glossario>>. Acesso em 18 out 2009.

SANTOS, Antônio Silveira R. Biodiversidade, bioprospecção, conhecimento tradicional e o futuro da vida. In: *Revista de Informação e Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP*. Disponível em <<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/silveira.html>>. Acesso em 16 out 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia. Quando o conhecimento tecnocientífico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEITENFUS, Ricardo (org). **Legislação Internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VARELA, Francisco. O caminhar faz a trilha. In: THOMPSON, William (org). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Gaia, 2001.